

10º CONGREJUFE

- Conjuntura Internacional e Nacional

Ainda há tempo para ocupar o lugar certo da história!

Coletivo Judiciário Progressista

Primeiramente, conforme já divulgado em documento assinado ano passado, pensamos que é preciso inverter a lógica de debate da Fenajufe: primeiro, aquilo que nos une; depois, aquilo que nos divide. Assim, Temos divergências com aqueles que dizem que a conjuntura não influencia na pauta da categoria, porém, igualmente, não temos acordo com aqueles que priorizam a divergência conjuntural em detrimento dos denominadores comuns em prol da base. Para uma Resistência em maior grau, precisamos de Unidade e esta só se construirá de fato se colocarmos a luta contra os retrocessos em um patamar superior, longes da pequena política ou de jogar lupa para pequenas divergências.

Conjuntura Internacional

A atual ofensiva patrocinada pela mesma conjunção de forças econômicas, classes e frações de classe envolvidas nos golpes ocorridos nas décadas de 60 e 70 do século passado, apesar dos vários elementos comuns, como a utilização da alta classe média como base social (que acaba conduzindo a classe média como um todo) e do tema da corrupção como pretexto mobilizador, tem sua principal diferença no aparato de Estado envolvido. Já não são os militares, mas parcelas da polícia federal, do Ministério Público e do Poder Judiciário, que representam o braço estatal do golpe tendo como centro articulador um poderoso e concentrado grupo midiático.

Estamos enfrentando um novo processo que já começa a ser chamado de "golpes do século XXI" ou neogolpismo. Experimentado em Honduras, Paraguai, enriquecido com experiências na Geórgia e Ucrânia, mas tendo seu modelo mais aperfeiçoado em nosso país. As forças armadas seguem mantendo um papel auxiliar, como reserva e eventual suporte (como pudemos ver no julgamento sobre a presunção de inocência com a declaração do general sobre o assunto, reprovando decisão que levaria ao encarceramento do ex-presidente Lula), não mais como agente principal. Compreender esse processo, sua dimensão e impactos sociais e estruturais, bem como seu provável roteiro, é fundamental para enfrentar um novo período histórico que ele tenta estabelecer.

Os novos golpes se inserem numa ofensiva que integra o esforço da grande estratégia estadunidense para manter sua hegemonia política, econômica e militar. Destaquemos que o aspecto parlamentar dos novos golpes, que consuma a substituição do governo pela via não eleitoral, é um período decisivo, mas momentâneo, já que o processo golpista prossegue

10º CONGREJUFE

construindo medidas amparadas juridicamente para violentar uma provável oposição eleitoral e solapar a resistência social. Os agentes principais do neogolpismo não são os parlamentares, mas as parcelas de forças policiais, ministério público e do Poder Judiciário, articuladas com o monopólio midiático, pelos interesses de classe da frente neoliberal. É preciso ter a clareza desta característica.

Na medida em que as forças golpistas se apropriam, especialmente através da pressão midiática, da maioria dos integrantes da principal corte de justiça, asseguram interpretações partidárias da Constituição, garantindo o controle político e prescindindo da disputa democrática. Para tanto, contam com os interesses corporativos do próprio Poder Judiciário, bem como sua composição de classe.

Conjuntura Nacional

Entendemos que estamos em um momento da conjuntura dos mais difíceis desde que Michel Temer assumiu o governo: há impressão de que todos os problemas do Brasil se resumem ao serviço público e aos direitos sociais, haja vista os fortes ataques concretos que temos sofrido. Alguns exemplos: a EC 95, que congela o orçamento, sem a devida reposição de servidores concursados e congelamento salarial real de todo o funcionalismo federal por 20 anos, além dos gastos com Educação/Saúde; regulamentação da terceirização para toda e qualquer atividade da empresa e no serviço público; aprovação da reforma trabalhista que retira direitos e esvazia o papel histórico da Justiça do Trabalho e do Direito do Trabalho; cortes orçamentários no Judiciário Federal/MPU; e, para tentar quebrar resistências, corte de salários daqueles que lutam pelo seu direito por meio do único instrumento que o trabalhador possui que é a greve, conforme decisão do STF.

Porém, o que parecia ruim piorou com a eleição de Bolsonaro, que vem acompanhado de Paulo Guedes e Moro. Gostaríamos de destacar duas características deste Governo: ultraliberais e autoritárias/neofascistas. Ultraliberais, pois coloca o mercado como agente único de transformações, dispensando e combatendo a presença do Estado, intervendo para a desvalorização do serviço público. Autoritária não só no discurso de não reconhecer a Ditadura Militar de 1964, mas com ameaças (antes, durante e depois das eleições) aos que pensam diferente do que é conhecido como Bolsonarismo. Em relação a estes dois pilares, temos que resistir!

Mas em que isso afeta nós servidores públicos? No aspecto econômico, além de sermos atingidos enquanto cidadãos devido à piora dos serviços públicos, com a venda de empresas estratégicas nacionais por exemplo, temos uma política de ataque constante a nós servidores. Salários, aposentadorias, estabilidade e a pecha de que não trabalhamos são exemplos de um discurso que estigmatiza os trabalhadores do Judiciário.

Logo no início do ano, Bolsonaro anuncia em entrevista ao SBT que,

10º CONGREJUFE

“caso haja clima”, extinguiria a Justiça do Trabalho, órgão no qual laboram milhares de servidores, retirando o sustento de suas famílias. Ataca-se o único órgão no Judiciário que distribui renda no país, afetando os trabalhadores mais humildes! E, por óbvio, a extinção será seguida de demissões. Ultraliberalismo na veia! Objetiva-se, como já foi falado, asfixiar orçamentariamente a JT, bem como retirar da competência deste órgão especializado futuras ações decorrentes de pactos da dita “carteira verde e amarela”.

Ainda seguindo a lógica ultraliberal, em fevereiro o governo apresentou a PEC 6/2019, uma reforma da previdência nunca vista na história! Dificulta (ou impede?!) a aposentadoria de milhões de brasileiros e precariza as futuras aposentadorias com o sistema de capitalização que leva idosos no Chile a se suicidarem devido à ausência de condições para se manter na velhice. No nosso caso, altera requisitos para as aposentadorias, como o aumento da idade mínima e o tempo mínimo de contribuição de 40 anos, além do confisco salarial de até 22% em descontos previdenciários, além de outras maldades.

Para piorar, um forte discurso ultraliberal contra qualquer fortalecimento do serviço público e de qualidade, colocando os servidores como inimigo número 1 da sociedade e tendo como perspectiva quebrar a estabilidade.

Estes são alguns exemplos do impacto do ultraliberalismo do atual governo no cotidiano do servidor.

De outro lado, a MP 873, que limita a liberdade sindical, é o maior exemplo de autoritarismo neste primeiro momento de governo. Descapitaliza sindicatos pelo país num momento de resistência à destruição da previdência, retirando o direito do trabalhador de contribuir com o sindicato da forma que entender ser mais útil à sua entidade. Sob a ótica autoritária, ainda, condena o ativismo, que é exatamente o que nós, sindicalistas, fazemos, sejam os que estão na base ou na estrutura sindical.

O QUE FAZER?

Nós, do Coletivo Judiciário Progressista, não desprezamos a luta institucional, mas avaliamos que o principal combate a ser travado é nas ruas, junto aos movimentos sociais/ sindicais. Precisamos retomar o trabalho de base, falar para fora da bolha dos ativistas, ou seja, sair de nossa zona de conforto e dialogar com os diversos setores da sociedade, formando uma rede que, apesar das diferenças, tenha em comum o objetivo de combater o neoliberalismo e conter a onda autoritária, que não é um fenômeno apenas brasileiro: nossos irmãos latino-americanos passam por processos semelhantes ao que vivemos aqui.

É o espírito da luta concreta e de reorganização do poder popular que deve vir à tona, numa ação efetiva (e não performática), exigindo uma reflexão sobre os fundamentos da “práxis”.

De qualquer forma, independentemente, das posições tomadas anteriormente o importante agora é tomar todo o acontecido como acúmulo e

10º CONGREJUFE

aprendizado e que a partir daqui aja união de forças de todos aqueles que se consideram progressistas e que desejam um país soberano e seguindo no caminho do desenvolvimento novamente. Na tese sobre o Plano de Lutas, debateremos um pouco mais sobre os próximos passos.

Não há brechas para vacilos! Ainda há tempo para ocupar o lugar certo da história!

Thiago Duarte Gonçalves

Endossos:

- 1- João Paulo Zambon;
- 2- Mariana Liria;
- 3- Neemias Ramos Freire;
- 4- Paula Drumond;
- 5- Thiago Duarte Gonçalves.